

Politica da Guerra

Uma carta do Sr. Freire de Andrade

Ex.^{mo} Sr. Redactor:

A mim se refere um artigo da sua apreciada Revista. E porque nela vejo figurar os nomes de amigos meus e, entre outros, o de um colega que muito preso é que especialmente em Africa tem servido com louvor, V. Ex.^a me permitirá que de minha justiça diga alguma coisa.

E por que de Moçambique se trata, seja-me lícito que da história da colónia recorde um episódio que, salvas as proporções, no meu espirito fez reviver o artigo a que aludo.

Vivia em Portugal sob a opressão dos Filipes e por êsse tempo era capitão general D. Estevam de Ataide. Os holandeses, ávidos de aproveitar a nossa momentânea fraqueza, procuravam apoderar-se de Moçambique; repellidos depois de uma dura peleja, pelo capitão general, voltaram de novo, mais fortes desta vez, sob o comando de Pieter Willemzoom Verhoeff, um dos mais temíveis piratas que então espalharam o terror no Oceano Índico; levava êle sob as suas or-

dens uma esquadra de treze navios com dois mil homens de guarnição. Debaixo do fogo da fortaleza apresou uma barçaça nossa que à protecção daquela se acolhera, aprisionando a sua tripulação; retomou e queimou o governador o navio, mas não pôde, apesar dos seus esforços, libertar os seus patricios. Começou furiosamente o cêrco; cortou Verhoeff trincheiras; abriu paralelas no campo de S. Gabriel e os canhões desembarcados e as baterias dos navios depressa fizeram brecha nas muralhas. A tudo acudiu D. Estevam de Ataide, à frente da pequena guarnição que à pressa reunira, metendo ao abrigo dos seus muros soldados, colonos, frades e mulheres. Prolongava-se sem tréguas o assédio, nada conseguindo o almirante holandês contra o heroismo intemerato do capitão general, quando uma noite dois franceses e tres holandeses católicos desertaram das trincheiras e correndo às muralhas impetraram a protecção do governador português. Recolheu-os êste, o que de tal forma encolerizou o holandês que fez saber que se não lhe entregassem os

desertores, mataria os 34 prisioneiros, que fez enfileirar, de mãos amarradas, na tolda de um dos seus navios. D. Estevam, porém, sangrando-lhe o coração, respondeu recusando e dizendo que, acima de tudo, presava a lealdade portuguesa, e que por honra do nome de Portugal, morreria ele de bom grado e morreriam todos os portugueses que dêsse nome fôssem dignos. Conta Verhoeff, no seu diário, que os 34 portugueses foram trucidados, do primeiro ao último.

Este acto de atroz crueldade, mais terrível tornou a luta, em que os holandeses tinham todas as vantagens. Continuava ela sem piedade, quando no porto entrou, sem sonhar sequer o que ali o esperava, o galeão *Bom Jesus*, com 160 portugueses. Bem depressa cercado por todos os lados, foi o galeão tomado e o almirante inimigo exultou. Agora não deixaria o capitão general de lhe entregar os desertores. Reuniu os prisioneiros e fez-lhes dizer que escrevessem ao governador e que, se não conseguissem convencê-lo, morreriam todos.

Que se passaria no espirito do velho guerreiro ao ler a carta que recebeu, e a que no seu coração angustiado só encontrava uma resposta que salvaria aqueles que dele tudo esperavam! Que tempestade naquele cérebro, quando do alto dos baluartes viu os seus portugueses cercados pelos inimigos e pedindo que os salvasse! Cento e sessenta homens contra cinco miseráveis desertores! Se os entregasse, quem diria que fizera mal? Se assim não fizesse, que diriam em Portugal? Que diria o Vice-Rei da Índia? Mas, diz Colvin, o general que contra o inimigo fôra heroico, heroico foi contra si mesmo. «Não», respondeu êle; «nunca faltarei a quem se entregou à protecção de Portugal».

Poucas semanas depois Verhoeff, finalmente batido, levantava o cerco e reembarcava nos seus navios. Antes, porém, de o fazer mandou para terra os prisioneiros do *Bom Jesus*, entregando-os ao capitão general, como dádiva, diz o autor que citámos, «de um a outro bravo».

Julgou o Governador que cumpria o seu dever, sacrificando a vida de tantos à palavra que dera a uns miseráveis desertores. Acima de tudo pôs o que a consciência lhe ditou, sem cuidar de si mesmo e dos outros.

Salvas as devidas proporções, como já disse, e porque soberbo julgo não ser, e se-lo-ia por certo se pensasse comparar-me, de longe sequer, ao grande D. Estevam de Ataíde, direi que a vida de Africa, de tantos trabalhos e sacrificios, é escola onde se aprende e aproveita dos grandes exemplos daqueles que nos ganharam e conservaram êsse pouco que nos resta do nosso património colonial. É por isso talvez que nos actos que pratiquei e mereceram a severa censura da *Seara Nova*, o fiz pensando que cumpria o meu dever de português que me preso de ser, tanto como os que mais o são; e deles me não arrependo, pois ainda bem convencido estou que outros não podiam ser: eram os que convinham, no meu conceito, talvez errado, às gloriosas tradições do meu país, em que há tantos D. Estevam de Ataíde, mas onde incidentes como o de Naulila são felizmente raros. E por assim ser é que também em breve irei, e decerto pela última vez, seguir o caminho de Africa, desde que me convenceram que êste era o meu dever, e apesar de estar certo, como a quem de direito disse, que do seu cumprimento só poderia esperar críticas talvez por demais severas, mas que aliás decerto serão bem merecidas.

Permita-me, porém, V. Ex.^a que o diga: não julguei que tam mal fazia, que as críticas devessem começar ainda antes de partir e por parte de homens com a cultura dos que colaboram na *Seara Nova* e que certamente sentem a importância, para o futuro de Moçambique, da convenção que se vai negociar; e também quanto pode enfraquecer a in-

fluência e valor de um negociador, fraco e mau como reconheço ser, o não ter atrás de si, pelo menos enquanto procurar defender os interesses do país, o apoio dos seus compatriotas, para levar a bom fim a missão bem difícil de que o encarregaram.

Lisboa, 25 de Março de 1922.

A. FREIRE DE ANDRADE

Comecemos por afirmar de novo a nossa admiração pela alta competência técnica e inextinguível capacidade de esforço do sr. Freire de Andrade. A sua carta, se nos sóa nela um compungido dobre de *mea culpa*, através da forçada, despropositada evocação do pundonoroso capitão general D. Estevão de Ataíde, em cuja atitude, como na de tantos outros portugueses de oiro, o sr. Freire de Andrade podia beber mais altas sugestões e mais necessários conselhos, — a sua carta, confessamo-lo, aumenta-nos o respeito pelo velho trabalhador que de certo, procurou sempre servir a Pátria com a melhor vontade, e a alma, e a tenacidade que lhe têm sido possíveis.

Esse respeito não nos cala por —, o direito e o dever de bradar que êle serviu mal a Pátria e que é servi-la mal reduzir-lhe o poder de dignidade e prestígio, a capacidade de renovo e afirmação aos estreitos limites do scepticismo e da duvida que se desinteressam do Futuro e desertam da luta nas horas decisivas dum povo. O que acusamos não é a intenção, mas a qualidade do seu patriotismo. O que faltou aos homens como o sr. Freire de Andrade, e por isso o diremos, para lição áqueles a quem devemos a indicação orientadora e construtiva que a hora exige, — que faltou principalmente à maioria dos homens que formavam o gabinete português em Agosto de 1914, — foi a nítida previsão da impossibilidade, sem perigo para a nação, duma atitude neutra, e peor, duma neutralidade condicional, segundo a sua formula, dadas as condições e os hábitos tradicionais da Inglaterra para comnosco. Determinou-os, a êles, assistir ao sr. Freire de Andrade, e por demais, — a falta de confiança nos destinos do povo que mal dominavam, antes representavam só no receio dos fortes sacrificios, na indecisão ou convênção perante a córdia das oligarquias inimigas da grei, presas à comodista inércia que, com menoscabo da dignidade nacional, insensível a um puro sentido português e humano, se desmancha apenas para se perder em retaliações sectárias ou se abismar num egoismo fatal à colectividade em negação, abandono, desprêso do próprio destino, esquecimento da Pátria, escravizando-se aos interesses que a diminuem e atraçoam.

Os pequenos povos têm uma única força, uma única grandeza possível: a da consciência da própria dignidade, a dos seus direitos e a dos seus deveres para consigo e para com o mundo, — a irreduzível firmeza com que exaltam aquela e defendem e praticam êstes. Na Historia, imperativa e formosamente comandados por essa consciência, há gestos e palavras que valem triunfos, levam em si um sabor de epopeia. Marcam as vitórias indeléveis ganhas no fôro intimo das almas e no juizo da Historia, no concerto dos povos, pelas figuras representativas e suprémas, pelos chefes reconhecidos e verdadeiros.

Em Agosto de 1914, sem um exercito, sem maior intenção, embora, duma immediata actividade guerreira, nós devíamos ao menos, ter sido sinceros e dignos, de cabeça alta e desafrontadamente. O sr. Freire de Andrade, sem que lho tolhesse quem leva a máxima responsabilidade da política do gabinete, em Agosto de 1914, facilitou aos outros, na

possível ignorância das precedentes manobras contra nós gisadas, em Berlim e Londres, em comum acôrdo, pelo sr. Grey e os embaixadores alemães Marshall e Litchnowsky, — sugeriu e facilitou a alheios, submeteu-nos a uma política humilhante, inimiga do nosso bem e da nossa honra, deshonrosa lá fóra perante aliados e inimigos, desintegradora e dissolvente, cá dentro, provocando, em volta da figura cada vez mais confusa da Pátria, em tal tumulto, a maior confusão do espírito nacional.

O sr. Freire de Andrade não adivinhou, não obedeceu, senhor da sua fé lusiada, ao imperativo da sua Pátria. Cedeu, transigiu, aceitou, desejou as soluções mais humilhantes, para evitar as mais dolorosas, embora mais nobres, diminuiu ao exército a possibilidade de desafrontar-se, esbateu-se incondicionalmente perante a vontade inglesa, deixou que o sr. Grey fosse o árbitro e o mandante, o ordenador da nossa atitude, quando, embora era desejado e necessário o acôrdo com a política da Inglaterra perante o comum inimigo, tudo era permitido menos o sacrifício do prestígio nacional à passividade miserável que nos valeu afrontas, desaires, os que todos conhecem e os que os arquivos escondem. E a propósito: — Naulila não é só o incidente de 19 de Outubro. É também o combate de 18 de Dezembro que o sr. Freire de Andrade fez perder ao exército do seu país!

Eu sei. O sr. Freire de Andrade é sinceramente patriota. Ele o crê. E eu creio na sinceridade da sua convicção. Mas o que nós combatemos, nêle, e em tantos, é a categoria do seu patriotismo. Ao sr. Freire de Andrade e a tantos dos seus colaboradores ou iguais, notáveis por tantos méritos, honestos por tantas razões, — tolheu os, limita os, uma atmosfera de negação e dúvida que os domina e leva, — almas sem altura religiosa e fé construtiva, escravas de tradicionais mentiras, vencidos inertes perante supostas incapacidades. Sem directo contacto com as realidades do povo e do seu tempo, são incapazes de esboçar, corporizar, impôr os programas salvadores que quebram os velhos marasmos e acordam, vigorizam, libertam os gigantes adormecidos; homens de pequena política, homens de expediente; homens de mérito e com serviços à colectividade, sem dúvida, mas sem ideal, — não almas altas e capazes, decididas, compreensivas e heroicas — que, numa hora de destinos, se faltam, e não subjugam as tendências negativas, as inércias interessadas, as reacções blasfemas, — deixam passar inúteis as horas que não se repetem mais. Dos homens do Ministério de Agosto de 1914, só um se ergue vigoroso e lusiado; Pereira de Eça, Ministro da Guerra. E êsse não foi um precipitado apologista da intervenção guerreira. Eça apenas, ergueu-se e impôs-se, como um guarda vigilante à honra do Exército e ao prestígio do país... E como o sr. Freire de Andrade o censurou, acusador implacável!

Menos que o sr. Freire de Andrade, Pereira de Eça conhecia de certo «os grandes exemplos daquêles que nos ganharam e conservaram êsse pouco que nos resta do nosso património colonial.» Mas convivia melhor, em alma, com as suas almas, obedeceu-lhes, naquelas alturas, melhor.

O Senhor Freire de Andrade, parece, tem sido em muita ocasião digno do nosso louvor de portugueses. Não o foi em 1914. Não podia sê-lo. Era vasto de mais o âmbito da hora. Ele pertence ao número daqueles que, ausentes, indiferentes ao que faz a fidalguia e a eternidade dum povo, mesmo quando não sabem servir-lhe o interesse e a honra, estão, na sua mediocridade ou no seu scepticismo, convencidos sinceramente de certo de que assim o servem. E o

Sr. Freire de Andrade não é um mediocre. Reflecte, vai ao sabor e á altura da mediocridade que não sabe exaltar, valorizar, modelando-a, como sabem e podem sòmente os verdadeiros chefes. E' companheiro e irmão daqueles que, na ignorancia do amanhã, vivem longe da existência heroica, sobresaltada e ardente da Pátria.

Homens que, comandados, são utilíssimos, obreiros, mas não levam em si a visão profética, avontade indômita, a fé altaneira e vitoriosa dos verdadeiros chefes.

Na *Seara Nova*, para evitar a sepetição de antigos êrros, em negociação identica, ao saber-se da sua possível escolha, para negociador da Convenção com o Transvaal, homens de mais acrisolado patriotismo que vasta cultura, tinham o dever de assinalar os méritos e as culpas do Sr. Freire de Andrade. Para, admitido mesmo que a nossa critica, resignasse a autoridade do negociador, — dizer ao Sr. Ministro dos Estrangeiros como tal nomeação não estava prevista dada a politica do Sr. Freire de Andrade em 1914, e, para o caso de não haver outra escolha possível, lembrar a honestidade e ao patriotismo do Sr. Freire de Andrade que há uma diferente maneira de defender os interesses do país, com o apoio dos seus compatriotas, ao sabor dos grandes exemplos dos que nos ganharam e conservaram o património colonial, e para orgulho contente e gratidão dos vindouros.

Porque sem falar dos insucessos e desaires que a sua politica nos trouxe, do incidente de 19 de Outubro de 1914 em Naulila, há responsabilidades iniciais a atribuir a essa politica, e do combate de Naulila, em 18 de Dezembro, do ultrage que sofremos, da menor glória lá colhida, infinitamente mais que o Tenente Coronel Roçadas e que as tropas que bem se bateram, é culpado perante a História, o Ministro dos Estrangeiros Freire de Andrade e o gabinete que com êle serviu.

AUGUSTO CASIMIRO.

* * * * *

Raúl Proença recebeu do sr. Alfredo Pimenta a seguinte carta:

«V. fará desta carta o que quiser. Ela, para mim, representa apenas uma explicação que é de meu dever dar.

«No comentário com que V. acompanha a minha *Carta ao sr. David Ferreira*, mal empregada carta no fim de tudo, diz V. : «E vem a ser, ou que o sr. Pimenta nutre, por aqueles dentre nós que se lhe teem referido, êsse olímpico desdém que nada altera, ou que lhe não apraz transformar a sua pena em chicote ante as críticas de criaturas um pouco mais velhas e experimentadas que o sr. David Ferreira.»

«Isso diz V. ao fazer explicar o meu silêncio diante de quaisquer referencias que me tem feito a *Seara Nova*.

«Ore venho chamar a atenção de V. para o que escrevi na minha *Carta* que a sua Revista publicou: «Aos que me agradem com mais ou menos garotices, tenho eu por hábito responder ou com um desdém que nada altera ou com o chicote em que transformo a minha pena.»

«Para que eu respondesse a qualquer referência da *Seara Nova*, de qualquer daquelas maneiras, seria preciso que eu considerasse essas referências — agressões mais ou menos agarotadas. E' assim que V. classifica as alusões que me tem feito a *Seara Nova*?

De V.

ALFREDO PIMENTA

Eis o que a montanha deitou à luz... Como justificará então S. Ex.^a o seu silêncio ante as críticas da *Seara Nova*?